

A “observação participante” na pesquisa de campo em Educação

Janote Pires Marques¹

Resumo

Este ensaio apresenta reflexões e sugestões de procedimentos práticos para a pesquisa de campo baseada na “observação participante”. O objetivo é discutir a utilização da “observação participante” em pesquisas de campo em educação. Para isso, refletimos sobre o conceito de “observação participante”, buscando um diálogo com trabalhos de Bronislaw Malinowski e Wiliam Foote Whyte. Além disso, propomos algumas ações de caráter prático para esse tipo de pesquisa na área da educação. Concluímos que a “observação participante” constitui um instrumental de grande ajuda para a compreensão de determinadas comunidades, inclusive as escolares. Entretanto, faz-se necessário que o pesquisador articule teoria e prática, buscando construir procedimentos teóricos e metodológicos adequados à própria realidade social que busca investigar.

Palavras-chave: educação; observação participante; pesquisa de campo.

¹ Doutor em Educação, pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor do curso de Pedagogia da Faculdade Ateneu (FATE). E-mail: janote.pires@fate.edu.br

A "participant observation" in education field research

Abstract

This essay presents practical considerations and procedures for field research based on the "participant observation". The aim is to discuss the use of "participant observation" in the field of researched education. For this, we reflect on the concept of "participant observation" seeking a dialogue with the works of Bronislaw Malinowski and William Foote Whyte. In addition, we propose some practical nature of actions for this type of research in education. We conclude that the "participant observation" is an instrumental of great help to the understanding of certain communities, including school. However, it is necessary that the researcher articulate theory and practice, seeking to build theoretical and methodological procedures appropriate to their own social reality that seeks to investigate.

Keywords: education; participant observation; field research.

1 Introdução

Nos cursos de formação de professores para a educação básica e, mais ainda, nos cursos de pós-graduação, os discentes são instados a produzirem um trabalho acadêmico como requisito de conclusão de curso. Tal empreitada geralmente implica em "ir a campo", incluindo coleta e análise de dados de determinada realidade educacional. Em geral, vários instrumentais são propostos para coletar esses dados, como questionários, entrevistas e observações.

Acontece que muitos são desaconselhados a desenvolverem a pesquisa de campo em instituições com as quais já têm ou que tiveram algum contato, pois isso comprometeria a "neutralidade" exigida para a investigação da problemática proposta na pesquisa. Ora, nessa linha de pensamento, o fato de um graduando ou pós-graduando de

algun curso na área da educação atuar profissionalmente ou fazer um estágio supervisionado ou ser responsável por crianças especiais numa determinada escola constitui-se em impeditivo para esse aluno desenvolver pesquisa nessa escola e/ou instituição?

Nos casos citados como exemplos ou em outros casos similares, o contato prévio com o ambiente escolar e/ou institucional pesquisado comprometeria os resultados da pesquisa? Queremos argumentar que não. Em nosso entendimento, o que se faz necessário é sistematizar a metodologia da pesquisa, de forma que o pesquisador possa utilizar a sua prévia experiência no *lôcus* de pesquisa não como um fator que vai comprometer a “neutralidade”, mas sim como um fator que o ajudará a apreender melhor o ambiente da pesquisa e seus sujeitos.

Defendemos que uma total neutralidade na pesquisa de campo é ilusória. No momento em que um pesquisador que nunca teve contato com determinada turma de alunos entra na respectiva sala de aula para “apenas observar” e coletar dados, ele já interferiu sobre a dinâmica daquela turma de alunos. Admitimos, portanto, a tese de que a pesquisa de cunho social guarda certo grau de subjetividade; mas isso não quer dizer que admitimos um subjetivismo em tal pesquisa. E o que pode diferenciar esses dois aspectos? Queremos crer que é a sistematização da metodologia de pesquisa. No caso de um pesquisador que tem ou que já teve contato com o ambiente pesquisado, essa sistematização pode ter como ponto de partida a “observação participante”.

Considerando o que foi colocado até aqui, algumas questões se apresentam: o que é “observação participante”? Qual a relação desse conceito de raiz antropológica com a pesquisa de campo em educação? Para quais aspectos o pesquisador deve atentar nesse tipo de pesquisa? Quais procedimentos necessários para uma pesquisa de campo baseada na “observação participante”? Buscando responder às problematizações apresentadas, o objetivo deste artigo é discutir a utilização da “observação participante” em pesquisas de campo em educação.

Como metodologia para essa discussão, refletimos sobre a noção de “observação participante” buscando um diálogo com autores da área de metodologia científica (MARCONI; LAKATOS, 2010; GIL, 2010;

MINAYO, 2013) e da Antropologia, principalmente Malinowski (1978) e Whyte (1995). Além disso, consideramos algumas possibilidades e procedimentos práticos para a observação participante na pesquisa de campo em educação.

2 A “observação participante” para Malinowski

Foi no ano de 1922 que o antropólogo polonês Bronislaw Malinowski publicou o livro *Argonautas do Pacífico Ocidental*, que se tornaria um clássico das obras de não-ficção. Considerada precursora no uso da etnografia, a pesquisa de Malinowski aborda o *kula*, ou seja, um sistema de trocas circular existente entre os nativos das Ilhas Trobriand, na Polinésia. O trabalho de campo para tal pesquisa foi desenvolvido no período de 1914 a 1918. Malinowski (1978) inicia a obra tecendo considerações sobre a sociedade estudada, populações costeiras de ilhas do sul do Pacífico ocidental. São os papua-melanésios – artesãos, comerciantes e hábeis navegadores. Esta última característica remete ao título da obra, inspirado nos “argonautas” – tripulantes da nau “Argos” – e na mitologia grega.

Malinowski (1978) registra que as regras de troca que aconteciam no *kula* implicavam em relações sociais interligadas a aspectos econômicos, mas também a aspectos míticos. Assim, tal fenômeno social somente poderia ser compreendido a partir da totalidade integrada da vida nativa.

Este sistema comercial, o Kula, é o tema que me proponho descrever neste volume e tornar-se-á evidente que se trata de um fenômeno econômico de considerável importância teórica. Reveste-se de um significado extremo na vida tribal dos nativos que vivem dentro do seu circuito, sendo a sua importância totalmente reconhecida pelos próprios, cujas ideias, ambições, desejos e vaidades estão diretamente relacionados com o Kula. (MALINOWSKI, 1978, p. 18).

Portanto, mais do que fornecer uma simples descrição, Malinowski se propõe a compreender o *kula* não apenas como uma troca econômica, mas também como uma instituição movida por outros sentidos e motivações. Assim, se os nativos do Sul recebiam braceletes brancos dos nativos do

Norte, também os presenteavam com colares vermelhos, constituindo uma regra clara de relação de troca para o resto da vida. Malinowski (1978) percebe o *Kula* como um fenômeno social vivificado por meio de um sistema ritualizado de trocas que, por sua vez, permite a construção de um mundo repleto de significados que vão muito além do campo econômico.

Antes de tratar propriamente do *Kula*, Malinowski apresenta uma descrição dos métodos utilizados na coleta do material etnográfico. No começo do trabalho de campo nas Ilhas Trobriand, Malinowski conta sobre a dificuldade de empreender contatos mais intimistas ou conversas mais detalhadas com os nativos. Podemos perceber essa dificuldade inicial na transcrição a seguir:

Lembro-me bem das longas visitas que efetuei às povoações durante as primeiras semanas e da sensação de desânimo e desespero depois de muitas tentativas obstinadas, mas inúteis com o objetivo frustrado de estabelecimento de um contato real com os nativos ou da obtenção de algum material. Atravessei períodos de desânimo, alturas em que me refugiava na leitura de romances, tal como um homem levado a beber numa crise de depressão e tédio tropical. (MALINOWSKI, 1978, p. 19).

A solução inicialmente encontrada foi: coletar dados empíricos, fazer um recenseamento das aldeias, elaborar genealogias, desenhos e a relação dos termos de parentesco. Entretanto, tudo isso não foi suficiente para realmente apreender a “imagem da vida tribal”. De acordo com Malinowski (1978), para evocar o “verdadeiro espírito dos nativos”, seria preciso lançar mão da “magia do etnógrafo”. Mas como conseguir isso? Não há atalhos miraculosos que levem aos resultados desejados sem esforço ou problemas, responde Malinowski, mas sim a aplicação sistemática e paciente de um determinado número de regras de bom senso e de princípios científicos bem definidos. Por conseguinte, Malinowski (1978, p. 21) propõe que os princípios do método podem ser agrupados em três itens principais, que resumimos a seguir: (1) o investigador deve guiar-se por objetivos verdadeiramente científicos; (2) deve providenciar boas condições para o seu trabalho, o que significa, em termos gerais, viver efetivamente entre os nativos; (3) finalmente,

deve recorrer a um certo número de métodos especiais de recolha, manipulando e registrando os seus dados.

Na percepção de Malinowski (1978), existe uma diferença enorme entre um contato esporádico com os sujeitos pesquisados e o contato real com eles. O que significa isso? Da parte do etnógrafo, significa que a sua vida na aldeia – no início, uma aventura muitas vezes estranha e desagradável; outras vezes, intensamente interessante – assume depressa um curso natural, em harmonia progressiva com aquilo que o rodeia. Malinowski conta que, pouco tempo depois de se estabelecer em Omarakana (Ilhas Trobriand), começou a participar na vida da aldeia, a esperar com impaciência pelos acontecimentos importantes ou festivos e a interessar-se pelas pequenas ocorrências locais. Acordava todas as manhãs para um dia que se lhe apresentava mais ou menos semelhante ao de um nativo. Saía de debaixo do seu mosquiteiro e observava a vida da aldeia. À medida que dava o seu passeio matinal pela aldeia, podia apreciar detalhes íntimos da vida familiar, de higiene corporal, cozinha ou culinária; podia observar os preparativos para o dia de trabalho, as pessoas iniciando as suas incumbências ou grupos de homens e mulheres ocupados com algumas tarefas artesanais. Brigas, piadas, cenas familiares, acontecimentos triviais, mas sempre significativos, constituíam a atmosfera da sua vida diária, tal como a dos sujeitos que observava. Com o tempo, os nativos passaram a ver com certa naturalidade sua presença, que deixou de se constituir num elemento perturbador da vida tribal que queria estudar, de alterá-la com a sua aproximação. É nesse processo, ainda segundo Malinowski (1978), que o pesquisador adquire a sensibilidade e a capacidade para apreciar a companhia dos sujeitos pesquisados e para partilhar alguns dos seus jogos e diversões; enfim, que começa a se sentir em verdadeiro contato com os nativos. Esta é, para Malinowski, a condição prévia para poder se levar a cabo, com êxito, o trabalho de campo. É por meio desse processo que o pesquisador vai perceber a "imponderabilidade da vida real" (MALINOWSKI, 1978, p. 31), pois existem muitos fenômenos importantes que não podem ser captados por meio de questionários ou pela análise de documentos, mas que têm de ser apreendidos em

pleno funcionamento. Esses fenômenos devem ser “cientificamente” registrados, mas é necessário que isso seja feito não através do registro superficial, mas sim com esforço de penetração na “atitude mental” que tais fenômenos expressam. Mas, alerta Malinowski, nesse tipo de trabalho, é ainda aconselhável que, de vez em quando, o etnógrafo ponha de lado a máquina fotográfica, o bloco de notas e o lápis e intervenha no que se está a passar. Pode participar nos jogos dos “nativos”, acompanhá-los nas suas visitas e passeios, sentar-se, ouvindo e partilhando as suas conversas.

Destes mergulhos na vida dos nativos – que eu empreendi freqüentemente não apenas devido ao estudo mas porque toda a gente precisa de companhia humana – emergia sempre a clara sensação de que o seu comportamento e a sua maneira de ser, em todos os tipos de operações tribais, se tomavam mais transparentes e facilmente compreensíveis do que me eram antes. (MALINOWSKI, 1978, p. 34).

Guardada a complexidade e a força narrativa do livro de Malinowski, em tal obra, sobressai-se a metodologia utilizada pelo autor na pesquisa, mais especificamente, a “observação participante”, que inspirou muitos outros estudiosos das sociedades e de grupos humanos nas suas respectivas coletas de dados em campo. Um desses pesquisadores foi William Foote Whyte, e é dele que trataremos a seguir.

3 A “observação participante” para Foote Whyte

William Foote Whyte publicou o livro *Street Corner Society* em 1943. No Brasil, esse livro foi publicado somente várias décadas mais tarde, tendo o título *Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada*. Quando o professor e antropólogo Gilberto Velho redigiu a apresentação do livro de Whyte para a edição brasileira, intitulou tal apresentação de “O observador participante”, e defendeu que esse era um dos mais importantes livros de Ciências Sociais do século XX. De acordo com Velho, Whyte gostava de definir seu trabalho como, primordialmente, de “observação participante”, com constante e intensa

aproximação e diálogo com os universos investigados. Além de várias pesquisas nos Estados Unidos, Whyte trabalhou na Venezuela, no Peru e na Espanha; publicou mais de 20 livros e dezenas de artigos; proferiu centenas de palestras e conferências, tornando-se uma referência na pesquisa social. Sua valorização da observação participante não foi apenas retórica, mas também uma expressão de caráter crítico e científico que buscou contribuir para a compreensão dos fenômenos sociais a partir do respeito aos indivíduos e aos grupos investigados (WHYTE, 2005).

A pesquisa que gerou o livro *Sociedade de esquina* ocorreu entre 1936 e 1940, e desenvolveu-se quando Foote Whyte era aluno da Universidade de Harvard. Ao terminar o curso superior em Economia, Whyte, então com 22 anos, conseguiu uma bolsa da universidade para desenvolver pesquisa. Decidiu estudar uma área pobre da cidade de Boston, mais especificamente, uma área habitada predominantemente por imigrantes de origem italiana. Era o bairro de North End, numa área conhecida como *Litte Italy*. Cabe lembrar que o North End de Boston era uma das partes historicamente mais significativas dos Estados Unidos. É onde se localiza, por exemplo, o Faneuil Hall, local em que Samuel Adams e outros líderes da Revolução Americana se encontravam para discursar a favor da independência frente à Grã-Bretanha. O North End foi também cenário da *Boston Tea Party*, celebrizada nos livros de História. Entretanto, na época em que desenvolveu a pesquisa, Whyte atribui os nomes fictícios de Eastern City, para a cidade de Boston, e de Cornerville, para o bairro North End. Whyte também criou nomes fictícios para as instituições que existiam no *lôcus* estudado e para os sujeitos pesquisados. Assim, a North End Union foi referida como Centro Comunitário de Cornerville, e um importante intermediário no bairro, Ernest Pecci, ganhou o codinome Doc.

Na geografia urbana de Boston, essa área estudada por Whyte era considerada, a seu tempo, problemática e caótica pelo poder público e, em geral, pelos próprios munícipes. Mas Whyte mostrou outro olhar sobre a organização desse bairro. No livro, Whyte questiona estereótipos sobre áreas como North End e se contrapõe à perspectiva de que tais áreas eram desorganizadas. Whyte traz a visão do North End (ou Cornerville) por

ela mesma. Na percepção daqueles que ali vivem, tal lugar guarda um sistema social integrado e com sentidos próprios. Então, Whyte propõe justamente compreender como se constitui essa organização social, composta por uma rede de interações individuais e que guarda uma multiplicidade de significados.

Nos anos que se passaram após a publicação do livro, Foote Whyte quis ensinar a seus alunos os métodos de pesquisa necessários para a realização de estudos de campo voltados para comunidades e organizações. Um dos aspectos iniciais que Whyte (2005) destaca é que não se pode perder de vista que, assim como os sujeitos pesquisados, o pesquisador também é um ser social, desempenha um papel e tem demandas pessoais a serem satisfeitas. Para Whyte (2005), a reflexão sobre os fatos não é linear.

Quando o pesquisador está instalado numa universidade, indo ao campo apenas por poucas horas de cada vez, pode manter sua vida social separada da atividade de campo. Lidar com seus diferentes papéis não é tão complicado. Contudo, se viver por um longo período na comunidade que é o seu objeto de estudo, sua vida pessoal estará inextricavelmente associada a sua pesquisa. (WHYTE, 2005, p. 283).

Assim, a explicação de como a pesquisa foi feita necessariamente envolve um relato do modo como o pesquisador viveu durante o tempo de realização do estudo. Tal relato ajuda na explicação da análise de dados. Na concepção de Whyte, o trabalho de campo e a convivência com os sujeitos pesquisados são processos decisivos para o desenvolvimento das ideias a respeito da realidade social estudada. Ainda que o pesquisador não consiga apresentar um relato totalmente completo, é a partir da interação com essa realidade que o pesquisador percebe a emergência de certos padrões no grupo estudado. Aí está a lógica da pesquisa para Whyte: “As idéias crescem, em parte, como resultado de nossa imersão nos dados e do processo total de viver”. (WHYTE, 2005, p. 284).

Ao divulgar o método utilizado em *Sociedade de esquina*, Whyte não quer necessariamente sugerir que outros pesquisadores utilizem a sua

abordagem, pois, em alguma medida, ela é única e voltada para aquela situação social particularmente estudada. Entretanto, Whyte defende que pode haver elementos comuns no processo de pesquisa de campo. É guardando essas considerações que Whyte – por vezes influenciado pela Antropologia social e por autores como Malinowski – relata seu método, a fim de contribuir para outras realidades sociais a serem investigadas.

Um desafio inicial enfrentado foi a entrada na área a ser estudada. Foote Whyte comenta que começou a visitar o bairro e tentou entrevistar os moradores sem sucesso: “Cornerville estava bem a minha frente, e ainda assim tão distante. Podia andar livremente para cima e para baixo em suas ruas [...]. Todavia, ainda era em estranho num mundo completamente desconhecido para mim” (WHYTE, 2005, p. 291-292).

Nessas explorações iniciais, entretanto, Whyte começou a frequentar o centro comunitário do bairro, onde conheceu um morador – na pesquisa, ganha o codinome de Doc – que tinha bom trânsito local e que se dispôs a ajudá-lo na investigação, intermediando o contato de Whyte com os habitantes do bairro. Ainda assim, descobriu que precisava de uma explicação para a sua presença entre os moradores. Se estivesse em companhia de Doc, as pessoas não lhe questionavam o que fazia ali. Mas, quando circulava sem esse “intermediário”, as pessoas tinham curiosidade a seu respeito. A justificativa dada era o estudo da história local com outro olhar, ou seja, em vez de trabalhar do passado para o presente, a proposta era investigar amplamente as condições presentes e, a partir desse conhecimento, entender a formação daquela sociedade. Guardada a sofisticação de tal explicação, ela servia apenas para Whyte. Para as pessoas de Cornerville, era uma fala complicada demais; quando essa explicação era dada, geralmente ficava um “silêncio incômodo”. Nesse trabalho exploratório de campo, o que Whyte percebeu é que as próprias pessoas desenvolviam explicações a respeito de sua presença ali, e a presença do pesquisador na área dependia menos da explicação dada e mais das relações pessoais que ele ia desenvolvendo. Whyte (2005, p. 296) percebeu então que seria sempre um estranho para a comunidade, se não se morasse lá. Convencido de que somente vivendo em Cornerville ele “seria capaz de um dia entendê-la e aceitá-la por si

mesma”, mudou-se para o bairro.

Outro aspecto da “observação participativa” é que o pesquisador precisa saber quando perguntar e quando não perguntar, além de que perguntas pode fazer. Whyte (2005) comenta que aprendeu essa lição logo nos primeiros meses. Aconteceu o seguinte: ele estava num ponto de Chichi e um homem comentava sobre a organização desse jogo (ilegal) de números. Esse homem tinha sido um grande operador de jogos e falava com conhecimento da causa. As pessoas lhe faziam perguntas e teciam comentários sobre o assunto. Whyte resolveu então perguntar se os policiais eram subornados a fim de permitirem tais jogos. O que se seguiu foi a mudança de assunto pelo homem e uma situação desconfortável durante o resto da noite. No dia seguinte, Doc explicou a Whyte que ele deveria ter cuidado com “essa coisa” de “quem”, “por que”, “quando”, “onde”. Dependendo das perguntas, as pessoas poderiam se fechar totalmente a questionamentos. O importante era ser aceito no grupo. As respostas viriam a longo prazo, sem necessariamente ter que fazer perguntas.

Descobri que isso era verdade. Sentando e ouvindo, soube as respostas as perguntas que nem mesmo teria tido a ideia de fazer se colhesse minhas informações apenas por entrevistas. Não abandonei de vez as perguntas, e claro. Simplesmente aprendi a julgar quão delicada era uma questão e a avaliar minha relação com a pessoa, de modo a só fazer uma pergunta delicada quando estivesse seguro da solidez de minha relação com ela. Depois de ter estabelecido minha posição na esquina, os dados vinham a mim sem esforços muito ativos de minha parte. Apenas ocasionalmente, quando estava preocupado com um problema específico e sentia necessidade de novas informações sobre um certo indivíduo, apenas então eu buscava uma oportunidade de encontrá-lo a sós e fazer uma entrevista mais formal. (WHYTE, 2005, p. 304).

Whyte registra que outra “lição” aprendida foi que as pessoas da comunidade investigada não esperavam que ele fosse exatamente igual a elas. Depois dos primeiros contatos, começou a ser chamado de “Bill” – apelido comum nos Estados Unidos para “William” (primeiro nome de Whyte) – e tentou se ajustar ao comportamento da comunidade estudada, imitando certos modos de falar e de ser. Percebeu, entretanto,

que tal atitude soava artificial e descolada da realidade.

Dei de cara com o problema numa noite, quando descia a rua com os Norton [um dos grupos sociais do bairro]. Tentando entrar no espírito do papo furado, soltei um monte de obscenidades e vulgaridades. Todos pararam por um momento e olharam para mim, surpresos. Doc balançou a cabeça e disse: "Bill, a gente não espera que você fale desse jeito. Não combina com você." Tentei explicar que somente usava termos comuns na esquina. Doe insistiu, no entanto, que eu era diferente, e que eles queriam que eu continuasse assim. (WHYTE, 2005, p. 305).

Whyte percebeu não haver expectativa para que ele se transformasse em alguém exatamente como os membros de um determinado grupo. Percebeu também que as pessoas estavam interessadas e satisfeitas com ele porque o viam como diferente. Bastava-lhes que ele fosse amigável. E foi isso, então, que tentou fazer, além de desistir da ideia de uma "imersão total". Ainda assim, o comportamento de Whyte foi afetado "pela vida na esquina". Quando John Howard, um seu colega da universidade, chegou para se juntar a Whyte no estudo do lugar, observou, na mesma hora, que a maneira de Whyte conversar em Cornerville era diferente da linguagem que ele utilizava no *campus* universitário.

Quando Whyte teve a ideia de fazer um estudo de Cornerville, procurou estabelecer-se como um "observador participante". Mas, nos primeiros meses, o que ele conseguiu foi estabelecer-se como um simples observador ou observador "não-participante". Entretanto, à medida que foi aceito pela comunidade, tornou-se quase um "participante não-observador", pois encontrava-se imerso na vida local, mas ainda não conseguia que as coisas adquirissem sentido. Como o próprio Whyte (2005) registra, tinha a impressão de que fazia algo importante, porém faltava explicar a si próprio do que se tratava.

Assim, quando os dados de pesquisa se avolumaram, Whyte sentiu a necessidade de estruturá-los. Inicialmente, organizou as notas (dados) numa única "pasta", em ordem cronológica. Mas logo percebeu que isso não seria suficiente para dar conta dos vários diferentes grupos e problemas a serem estudados. Passaram-se 18 meses de trabalho em campo até que "Bill" Whyte soubesse para onde se direcionava a sua

pesquisa, para que percebesse os “padrões” daquela sociedade e para que passasse a ter um estilo próprio de interpretação da realidade social observada, correlacionando os “grupos particulares” com as “estruturas maiores da comunidade” (WHYTE, 2005, p. 321).

Com o passar das décadas, sofrendo elogios e críticas, *Sociedade de esquina* acabou se tornando um “clássico” das Ciências Sociais. Um questionamento sobre a publicização do livro é feito pelo próprio autor: “Que impacto teve o livro sobre o North End?” (WHYTE, 2005, p. 337). Ao que parece, não muitos membros da comunidade o leram. Pelo menos inicialmente. Com o passar do tempo, o livro tornou-se mais lido pelos sujeitos investigados, e as reações foram ambivalentes. Aqui podemos apreender uma derradeira lição do trabalho de Foote Whyte: ainda que apenas uns poucos consultem e se sirvam do resultado final da “observação participante”, ficam as relações de amizade pessoal desenvolvidas ao longo do trabalho de campo. Mas podem ficar também alguns ressentimentos, algumas discordâncias por parte dos sujeitos investigados pela interpretação dada pelo “observador participante”. Cabe ao pesquisador atentar para essa questão dos resultados da pesquisa e estar preparado para eventuais desdobramentos daí decorrentes.

4 A “observação participante” na pesquisa de campo em educação

Quando o professor discute pesquisa de campo com alunos que cursam graduação ou pós-graduação na área da educação, é comum recorrer a certos capítulos dos livros de metodologia científica e obras similares. Em geral, esses manuais trazem classificações de pesquisas nas quais a observação aparece como um dos instrumentos de coletas de dados.

Por exemplo, Marconi e Lakatos (2010, p. 176-177) destacam que existe a “observação não-participante”, na qual o pesquisador tem contato com a comunidade, o grupo ou a realidade estudada, mas sem integrar-se a ela, ou seja, “permanece de fora”; e a observação “participante”, que pode ser “natural”, quando o observador pertence à comunidade ou ao grupo investigado, ou “artificial”, quando o observador se integra ao

grupo a fim de obter informações para a pesquisa. Segundo as autoras retrocitadas, o observador participante exerce influência no grupo e pode ser influenciado por simpatias ou antipatias pessoais, e ainda pelo "choque no quadro de referência entre observador e observado". Assim, o "observador participante enfrenta grandes dificuldades para manter a objetividade" (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 177). Mas será isso mesmo? Será que a interação junto ao grupo pesquisado, incluindo possíveis tensões e enfrentamentos, prejudica a "objetividade" ou, ao contrário, permite ao pesquisador perceber a realidade pesquisada com mais profundidade e apreender essa realidade de forma mais completa?

Antônio Gil (2010) associa a "observação participante" à coleta de dados de pesquisa etnográfica, sobre a qual afirma:

O pesquisador que se dispõe a realizar uma pesquisa etnográfica assume uma visão holística com vistas a obter a descrição mais ampla possível do grupo pesquisado. A descrição pode incluir múltiplos aspectos da vida do grupo e requerer considerações e ordem histórica, política, econômica, religiosa e ambiental. Os dados obtidos, por sua vez, precisam ser colocados numa perspectiva bem ampla para que assumam significado. Por outro lado, é preciso garantir que os resultados da pesquisa privilegiem a perspectiva dos membros do grupo investigado. (GIL, 2010, p. 127).

O que se percebe é que, para esse autor, não há o comprometimento da objetividade, quando se utiliza a observação participante como instrumento de coleta de dados. Dialogando com Foote Whyte (2005), Antonio Gil destaca que a observação participante permite uma visão mais ampla da comunidade estudada, e supõe interação entre o pesquisador e os sujeitos pesquisados. Assim, os dados obtidos dependem do comportamento do pesquisador e das relações que desenvolve com o grupo pesquisado. Mas isso não significa a perda da objetividade. Como já defendemos no início deste texto, pode haver subjetividade na maneira de enxergar a realidade, mas isso não significa concordar com o subjetivismo na análise social.

Se a observação participante implica no convívio com o grupo pesquisado, por algum tempo, muitas vezes demandando um processo

longo, o pesquisador não se torna um “nativo”, como diria Malinowski. O observador continua sendo um indivíduo “de fora”, muitas vezes apenas “tolerado” pelo grupo observado. Cabe lembrar o alerta de Foote Whyte, ou seja, o pesquisador não pode se esquecer de que é um observador que também está sendo observado o tempo todo. Nesse processo, o pesquisador deve buscar a objetividade, cuidando da sistematização da pesquisa, por exemplo, por meio da elaboração das notas de campo. Gil (2010) recomenda a organização de um banco de dados a partir de formatações padronizadas, como: data, hora e local da observação; impressões sensoriais; terminologias e linguagens específicas.

Cecília Minayo, por sua vez, defende que a “observação participante” pode ser considerada como parte essencial do trabalho de campo na pesquisa quantitativa. Vejamos seu entendimento sobre esse conceito:

Definimos observação participante como um processo pelo qual um pesquisador se coloca como observador de uma situação social com a finalidade de realizar uma investigação científica. O observador, no caso, fica em relação direta com seus interlocutores no espaço social da pesquisa, na medida do possível, participando da vida social deles, no seu cenário cultural, mas com a finalidade de compreender o contexto da pesquisa. Por isso, o observador faz parte do contexto sob sua observação e, sem dúvida, modifica esse contexto, pois interfere nele, assim como é modificado pessoalmente. (MINAYO, 2013, p. 70).

Dialogando com o trabalho de Malinowski e refletindo sobre as atividades de pesquisa em campo, Minayo (2013) traz uma argumentação que nos parece necessária: a observação tem um sentido prático, pois permite ao pesquisador desvencilhar-se de prejulgamentos e de interpretações prontas, uma vez que é no convívio com o grupo estudado que o observador percebe as questões realmente relevantes e que compreende aspectos que, aos poucos, vão aflorando. Ainda segundo Minayo (2013), tais aspectos são inacessíveis para um pesquisador que trabalha com questionários totalmente estruturados e antecipadamente padronizados. A observação participante ajuda, portanto, a “desvendar as contradições entre as normas e regras e as práticas vividas cotidianamente pelo grupo ou instituição observados”

(MINAYO, 2013, p. 71).

Não obstante os manuais de metodologia apresentem a "observação participante", defendemos que é preciso aprofundar mais a discussão sobre esse conceito. Em nosso entendimento, esse debate pode ser de iniciativa do professor, promovendo o aprofundamento em sala, junto a seus alunos da graduação, que têm como uma das tarefas o Trabalho de Conclusão de Curso. Uma vez feito esse estudo e a discussão sobre o conceito de "observação participante", por exemplo, nos termos de Malinowski (1978) e Whyte (2005), como isso pode ser aplicado na pesquisa de campo em educação?

Parece-nos que há muitas possibilidades. Por exemplo, em investigações sobre processos de ensino-aprendizagem na escola básica, onde o pesquisador pode ser o próprio professor; na gestão escolar, cujo pesquisador convive com os gestores da escola e outros membros da comunidade escolar na perspectiva da gestão democrática; na escola do campo, na qual o pesquisador precisa apreender o papel da comunidade dentro de determinada espacialidade; nas instituições socioeducativas, onde é importante o educador conhecer as histórias de vidas dos adolescentes em conflito com a lei; nas escolas indígenas e quilombolas, nas quais o pesquisador deve conhecer as formas de transmissão dos saberes tradicionais; enfim, são inúmeros os espaços sociais nos quais a "observação participante" pode ajudar a compreender de forma aprofundada como se constituem os processos educativos e como atuam seus sujeitos.

Mas, considerando essas e outras tantas possibilidades temáticas, como o pesquisador pode proceder a partir do aparato teórico e metodológico da observação participante? Quais os cuidados que ele deve ter?

A partir do que foi discutido até aqui e com o intuito de contribuir para os trabalhos de coleta de dados em campo, sugerimos "sete passos" a serem dados pelo pesquisador que pretende utilizar-se da "observação participante", adequando-a às múltiplas especificidades e realidades dos cursos de graduação e de pós-graduação.

Primeiro passo: considerar que a observação participante demanda

um processo relativamente longo. Além disso, muitas vezes, o pesquisador demora um tempo razoável para “negociar” sua entrada na área. Outro aspecto é que precisa de uma fase exploratória, caso o pesquisador ainda não tenha tido contato com o *locus* a ser investigado cientificamente. Malinowski (1978) e Foote Whyte (2005) precisaram de aproximadamente quatro anos para desenvolver suas observações, mas um aluno de graduação raramente disporá de tanto tempo. Pode, entretanto, planejar-se, para desenvolver essa observação por dois semestres, por exemplo. Em muitas situações escolares, a convivência do pesquisador com os sujeitos e o ambiente pesquisados é diária, e pode ser suficiente para se apreender a “imponderabilidade da vida real”.

Segundo passo: buscar o auxílio de um intermediário. O pesquisador não sabe antecipadamente e com certa exatidão o “terreno onde está pisando”. Ao mesmo tempo, não há uma expectativa antecipada quanto à sua presença; ou seja, em geral, o pesquisador não é esperado pelo grupo que vai ser por ele investigado e, muitas vezes, desconhece as teias de relações que marcam as hierarquias locais. Uma observação participante precisa sempre de um “Doc”, como foi o caso na pesquisa de Whyte (2005). O intermediário ajuda a “abrir portas”, dissipar dúvidas, apaziguar mal-entendidos junto às pessoas da comunidade. Com o tempo, esse informante-chave pode passar a colaborador da pesquisa, contribuindo não apenas nas mediações, mas também para as interpretações do pesquisador. Nas pesquisas de campo em educação, esse intermediário pode ser um professor da escola, um coordenador pedagógico, um educador, enfim, qualquer ator que possa introduzir o pesquisador nos códigos culturais do grupo a ser estudado.

Terceiro passo: mostrar-se diferente do grupo pesquisado. A observação participante supõe a interação pesquisador/pesquisado. Mas o que é “interação”? Para Goffman (2009), é o contato “face a face” entre as pessoas, e demanda influência recíproca dos indivíduos sobre as ações uns dos outros, quando em presença física imediata. Entretanto, como já demonstrou Malinowski (1978), embora a observação participante pressuponha interação, o pesquisador não se transforma num “nativo”. Por mais que o pesquisador interaja com a comunidade, inserindo-se

nela, ainda assim será "alguém de fora" e, em alguma medida, despertará sempre alguma curiosidade e até mesmo desconfiança. Presumir que dispõe controle total da situação constitui um equívoco por parte do pesquisador. É considerando tais perspectivas que o pesquisador não deve temer se mostrar como "alguém de fora". Em geral, os sujeitos pesquisados não esperam que o pesquisador seja igual a eles. E isso nos leva ao passo seguinte.

Quarto passo: o observador deve ter consciência de que também está sendo observado. O "observador participante" quase sempre desconhece sua própria imagem junto ao grupo investigado. Em geral, suas atividades durante a pesquisa de campo são observadas e, muitas vezes, controladas por membros do grupo. O pesquisador é um observador que está sendo constantemente observado, em diferentes momentos e espaços. Cabe aqui lembrar novamente os estudos de Goffman (2009), ao destacar que "indivíduo participante" precisa estar atento às formas como desempenha seu próprio papel dentro de um dado sistema social. Erving Goffman denomina de "fachada" a forma como o indivíduo atua diante daqueles que o observam durante sua representação do seu próprio papel. Assim, "[...] quando um indivíduo se apresenta diante dos outros, terá muitos motivos para procurar controlar a impressão que estes recebem da situação" (GOFFMAN, 2009, p. 23).

Quinto passo: saber quando perguntar, quando ouvir e quando calar. Não se pode perder de vista que a "observação participante" implica em ter a sensibilidade adequada para ver e ouvir. Para se obter a resposta para uma questão, nem sempre será necessário perguntar. Whyte (2005) alerta que é preciso aprender quando perguntar e quando não perguntar; assim, as entrevistas formais são muitas vezes desnecessárias, e a coleta de informações não se restringe a esse instrumental. Com o tempo, as respostas podem vir ao pesquisador de maneira mais naturalizada; para isso, o observador precisa estar sempre à espreita na "esquina", fazendo-se aqui um trocadilho com o título do livro de Whyte, e pronto para captar as informações e perspectivas, até mesmo aquelas que nem eram anteriormente vislumbradas. É nesse processo que surgem novas problematizações, ou que as questões precisam ser reelaboradas, a fim

de melhor captar a complexidade da realidade social. Por conseguinte, é preciso pensar estratégias para organizar os dados.

Sexto passo: organizar um diário de campo. Considerando que a “observação participativa” demanda a interação do pesquisador com o grupo observado, que essa observação implica num tempo mínimo de convivência, e que muitas questões podem surgir a partir dessa interação, é preciso que o pesquisador organize formas de registro desses dados em campo, para serem posteriormente analisados. Assim, é fundamental desenvolver uma rotina de observação. Além disso, o pesquisador não deve recuar diante de um dia a dia que, muitas vezes, se mostra repetitivo e que exige dedicação intensa. Como já sugeriu Malinowski (1978), o diário de campo ajuda a dar conta da complexidade da realidade social estudada. O diário de campo é o instrumento básico de registro de dados do pesquisador; o próprio nome “diário” é inspirado nos primeiros antropólogos que, ao estudarem sociedades longínquas, carregavam consigo um caderno no qual registravam experiências e reflexões a respeito dos grupos sociais estudados. A forma como deve constituir e o que deve conter esse diário são escolhas do pesquisador, que vai construindo esse documento dependendo das problematizações de sua própria pesquisa. Em geral, recomenda-se que, na primeira página de cada conjunto de observações, coloque-se um cabeçalho contendo as datas das observações, os horários de início e término das observações, as categorias observadas, os locais (sala de aula, sala dos professores, pátio, biblioteca, laboratório).

Falkembach (1997) sugere que o diário de campo seja organizado em três partes, que citamos resumidamente: fenômenos sociais; interpretação dos fenômenos observados, dos conceitos e das relações; conclusões, questionamentos, dúvidas e imprevistos que aparecem, desafios e aprofundamentos. De qualquer forma, o diário pode registrar várias descrições e reflexões. Descrições sobre os sujeitos pesquisados, a sua maneira de se comportar, as linguagens utilizadas como expressão; sobre o ambiente físico; sobre como aconteceram determinados acontecimentos e atitudes. Reflexões sobre a própria metodologia utilizada, sobre conflitos éticos, sobre questões que surgem ao longo das observações.

Enfim, o diário contém as impressões pessoais cotidianas do pesquisador no *lôcus* da investigação. Na prática da pesquisa, o observador pode fazer anotações provisórias e, ao final do dia, transcrever para o diário que, com a tecnologia atual, pode ser informatizado.

E o sétimo e último passo? Defendemos que seja o planejamento da saída do campo. Em geral, há uma expectativa dos sujeitos e das comunidades estudadas a respeito de algum retorno da pesquisa. Essa é uma questão bastante delicada, pois depende das especificidades de cada grupo e de como se desenrolou o processo de coleta de dados. Mas, se a "observação participante" demanda uma interação com os sujeitos pesquisados e, naturalmente, cria algum tipo de vínculo, então, dependendo de cada conjuntura, o pesquisador pode tentar "dar algum retorno" de sua pesquisa. Como fazer isso? Mais uma vez, ficará a critério do pesquisador, a depender de cada caso. Mas é preciso não perder de vista que as relações interpessoais surgidas ao longo do processo de observação participante não se desfazem instantaneamente, quando o investigador resolve encerrar os trabalhos de campo. Assim, concordamos com Cecília Minayo quando afirma: "Como investigadores, trabalhamos com pessoas, logo, com relações de afeto" (MINAYO, 2013, p. 74).

Obviamente que, além destes "sete passos", outros podem - e devem - ser dados pelo pesquisador, de acordo com os caminhos da própria pesquisa. Entretanto, o estudioso precisa estar sempre atento à necessidade de (re)construção de uma metodologia adequada à sua pesquisa, buscando articular a prática de investigação em campo com questões teóricas e conceituais que lhe ajudem a pensar a realidade observada.

6 Considerações finais

Quando Edward Evans-Pritchard resolveu estudar os Nuer, povo nilota do Sudão Meridional, lá pelos anos 1930, percebeu que precisaria dedicar um bom tempo em pesquisa de campo. "Os Nuer são peritos em sabotar uma investigação e, enquanto não se morou com eles por

algumas semanas, ridicularizam firmemente todos os esforços para extrair os fatos mais corriqueiros e para elucidar as práticas mais inocentes” (EVANS-PRITCHARD, 2013, p. 18). Para entender um simples fato corriqueiro, foi preciso viver algumas semanas entre os Nuer. Mas, para compreender os principais valores e algo da estrutura social desse povo, Evans-Pritchard necessitou de muito mais tempo, de grande perseverança e de um instrumental de campo que poderíamos perceber como uma observação participante.

Malinowski, Whyte e Evans-Pritchard são exemplos “clássicos” de pesquisadores que utilizaram a “observação participante” para coletar dados em campo. Suas experiências investigativas podem inspirar pesquisadores na área das Ciências Humanas. No caso de pesquisas ligadas à educação, defendemos que esse instrumental pode ser utilizado com efetividade. Se a “observação participante” implica na interação com o sujeito e os grupos pesquisados, isso não necessariamente compromete a “neutralidade” da pesquisa. Se esse tipo de instrumental é envolvente e se liga às subjetividades, não significa admitirmos o subjetivismo. Para tanto, o pesquisador deve refletir de forma aprofundada sobre o conceito de “observação participante”, inspirando-se nos “clássicos” da área, mas também se apropriando de procedimentos teóricos e metodológicos adequados à realidade socioeducacional que busca compreender.

A “observação participante” não significa transformar-se em “nativo”, mas sim tentar colocar-se no lugar do outro, no seu ambiente social natural, buscando apreender a imponderabilidade da vida real, como diria Malinowski. Nesse processo, o pesquisador deve incansavelmente buscar articular teoria e prática. Deve, diuturnamente, olhar para si próprio e questionar-se sobre como e sobre o que está fazendo.

Referências

EVANS-PRITCHARD, E. E. **Os nuer**: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota. Trad. Ana M. Goldberger. São Paulo: Perspectiva, 2013. (Coleção Estudos; 53).

FALKEMBACH, E. M. F. Diário de campo: um instrumento de reflexão. Contexto e educação, Ijuí, RS, v. 2, n. 7, p. 19-24, jul./set. 1987.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana**. Trad. Maria Célia Santos Raposo. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MALINOWSKI, B. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 33. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

WHYTE, W. F. **Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada**. Trad. Maria Lúcia de Oliveira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

Recebido em 28/05/2016
Aprovado em 20/08/2016